

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Plano Plurianual de Requalificação e Modernização do Sistema Prisional, apresentado pelo Governo em setembro de 2017, prevê o encerramento do Estabelecimento Prisional de Lisboa e a construção de um novo Estabelecimento Prisional na margem Sul do Tejo.

Cite-se a parte desse documento que refere isso:

«- O encerramento, por vetustez, redundância ou deslocalização, dos EP de Lisboa, Caxias, Ponta Delgada, Setúbal, Leiria (regional), Viseu (regional), Odemira (feminino) e Silves, ou seja, 8;

- A edificação de 5 novos EP, 1 no Minho, 1 em Aveiro, 1 na margem sul do Tejo, 1 no Algarve, 1 em São Miguel, RAA»

Reiterando a intenção vertida no referido Plano, nos últimos quatro Orçamentos do Estado (OE 2019, OE 2020, OE 2021 e OE 2022) foi sempre incluída uma norma programática que determinava o seguinte:

“O Governo toma as medidas necessárias para a execução do plano que visa o encerramento gradual dos estabelecimentos prisionais de Lisboa e de Setúbal, e dá continuidade aos trabalhos relacionados com a construção de um novo estabelecimento prisional no concelho do Montijo”.

Porém, idêntica norma não consta da Proposta de Orçamento do Estado para 2023.

No passado dia 30/10/2022, o Jornal Público noticiou que “Cadeia de Lisboa começa a transferir reclusos para o ano e fecha em 2026”.

De acordo com a mesma notícia, o Plano de ação para o encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa seria brevemente aprovado em Conselho de Ministros, o que veio, entretanto, a acontecer, e prevê a distribuição dos 880 reclusos por cinco estabelecimentos prisionais (Alcoentre, Caxias, Linhó, Sintra e Tires), em três fases.

A notícia refere, ainda, que, *“Apesar de ter sido questionado expressamente sobre se era intenção deste Governo constituir uma nova prisão no Montijo, que teria uma capacidade entre os 600 e os 800 lugares, contra os 148 que possui atualmente, O Ministério da Justiça não respondeu, o que parece mostrar que desistiu deste projeto”*.

Entretanto, no Conselho de Ministros do passado dia 17/11/2022 foi aprovada uma Resolução que autoriza o Ministério da Justiça a realizar um investimento de 24 milhões de euros no parque penitenciário, com vista ao encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL) até 2026.

Aguarda-se, ainda, a publicação em Diário da República da referida Resolução, mas, de todo o modo, o comunicado do Conselho de Ministros adianta que:

«A solução aprovada pelo Governo (...) passa, primordialmente, pela requalificação de infraestruturas já existentes noutros estabelecimentos prisionais geograficamente próximos de Lisboa (assegurando que os reclusos se mantêm próximos da sua rede familiar, algo determinante para a sua reinserção), requalificando e reconstruindo pavilhões devolutos ou subutilizados, o que permitirá aumentar a lotação e a capacidade de alojamento existente, numa ótica de racionalização dos recursos existentes», sendo que, «numa primeira fase, serão remodelados nove pavilhões prisionais existentes e subutilizados nos estabelecimentos prisionais de Alcoentre, Linhó e Sintra», na «fase seguinte, será recuperado um pavilhão existente no Estabelecimento Prisional de Tires, atualmente devoluto, permitindo aumentar a capacidade de alojamento deste estabelecimento prisional» e, por fim, «será construído um novo pavilhão no Estabelecimento Prisional de Tires, semelhante ao que será recuperado, aproveitando valências mútuas e a proximidade física existente». Nesta última fase acontecerá também a «requalificação do reduto norte do Estabelecimento Prisional de Caxias (...), integrando parte da solução para o encerramento definitivo do EPL».

No referido comunicado nenhuma palavra é, no entanto, dita acerca da construção do novo Estabelecimento Prisional no Montijo, ficando-se sem saber se este projeto constante do Plano apresentado pelo Governo socialista em 2017 se mantém, ou não, nomeadamente como medida associada ao encerramento gradual do EPL.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, através de Vossa Excelência dirigir à Senhora Ministra da Justiça, as seguintes questões:

1 - O encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa, aprovado em Conselho de Ministros no passado dia 17/11/2022, é uma medida que está associada à construção de um novo Estabelecimento Prisional na margem Sul do Tejo?

2 - O Governo mantém ou, pelo contrário, abandonou a intenção de construir um novo Estabelecimento Prisional no Montijo?

3 – Caso o Governo mantenha a intenção de construção de um novo Estabelecimento Prisional no Montijo, qual a calendarização prevista para esta obra?

4 – Qual o posicionamento da Senhora Ministra da Justiça relativamente ao Plano Plurianual de Requalificação e Modernização do Sistema Prisional, apresentado pelo Governo em setembro de 2017? Vai cumpri-lo? Ou vai revê-lo?

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2022

Deputado(a)s

FERNANDA VELEZ(PSD)

NUNO CARVALHO(PSD)

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

PAULA CARDOSO(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

OFÉLIA RAMOS(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

JOAQUIM PINTO MOREIRA(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

CRISTIANA FERREIRA(PSD)

LINA LOPES(PSD)